
Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental

Isabel Cristina de Moura Carvalho*

Introdução

A Educação Ambiental (EA) é um fenômeno que não pode ser pensado fora do contexto de formação de um campo de relações sociais que se constitui em torno da preocupação com o meio ambiente e que poderíamos chamar de *campo ambiental*¹. Este se configura necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Considerando o caráter criativo (*ficção*) do sentido (Ricouer, 1994), poderíamos pensar a organização deste campo como uma arena de atribuição de sentidos e, portanto, de “invenção do ambiental”, em suas diversas possibilidades de significação.

A formação de um campo ambiental no Brasil resulta da articulação de diferentes forças sociais. Nesta trama de processos e atores, a participação dos grupos e movimentos organizados da sociedade civil² parece ser uma força protagônica na demarcação do ambiental enquanto esfera de *ação política*³ cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público. Seja pela via dos movimentos nomeadamente ecológicos, seja pela via das lutas sociais pelo acesso público aos bens ambientais, uma diversidade de atores entre os movimentos sociais, grupos de interesse; e mais recentemente ONGs incorporaram a temática ambiental em suas agendas. É no contexto das lutas e anseios destes segmentos

que a questão ambiental ganha densidade política, no sentido de alcançar o status de luta cidadã, não se restringindo às decisões da esfera governamental, das agências multilaterais ou de um corpo de especialistas.

1. A EA na confluência do ambiental e do pedagógico

A construção de uma prática educativa denominada Educação Ambiental e a identidade profissional de um educador ambiental a ela associada são desdobramentos que podem ser entendidos como parte dos movimentos de legitimação de um campo ambiental, tanto em termos internacionais quanto no caso brasileiro. Neste sentido, a EA corrobora para a formação do campo na medida que se constitui uma categoria entre os novos “especialistas” em meio ambiente⁴. O educador ambiental é um dos novos profissionais que ganha destaque no campo ambiental pelo seu papel pedagógico e sua missão de formação de novos sujeitos ambientalizados.

Evidentemente que, ao constituir-se enquanto prática educativa, a EA também se filia ao campo da educação propriamente dito. É da confluência entre o campo ambiental e o campo educativo com suas tradições pedagógicas que vão surgir certas orientações específicas dentro da EA. Contudo, seja no plano governamental, seja no plano da sociedade civil, poderíamos dizer que a EA não nasce desde dentro do campo educativo. Assim, situada na confluência entre o ambiental e o pedagógico, poderíamos dizer, pela experiência brasileira, que a EA parece ser um fenômeno cuja gênese e desenvolvimento estariam mais ligados aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista do que propriamente ao campo educacional e à teoria da educação. Neste sentido, poderíamos dizer que EA é herdeira direta do movimento ecológico e do debate internacional sobre meio ambiente.

* Psicóloga, doutora em educação, assessora da EMATER-RS

¹ Sobre o conceito de campo social ver Bourdieu, 1989.

² Tomo o conceito de sociedade civil tal como este tem sido entendido e utilizado pelos movimentos e ONGs, ou seja, na acepção de Gramsci (1978). Para Gramsci trata-se de pensar um Estado ampliado, onde diferentes atores sociais, organizados de formas diversas, disputam hegemonia e consenso junto ao conjunto da sociedade, através de uma guerra de posições que tem por objetivo alterar as correlações de força no interior da sociedade e reorientar o projeto de sociedade.

³ Entendo aqui o conceito de ação política no sentido de Hanna Arendt (1989:15), onde: “A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana tem alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição - não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda a vida política”.

⁴ Especialistas ambientais são novas categorias profissionais que temos visto surgir e/ou serem resignificadas e revalorizadas em função da expansão do campo ambiental na sociedade. São novos campos de atuação que começam a ser reconhecidos pelo mercado de trabalho ao mesmo tempo que são objeto de cursos de formação específicos. A título de exemplo poderíamos citar as categorias de gestor ambiental, auditor ambiental, especialista em planejamento ambiental, técnico em ecoturismo, promotor ambiental como especialização do direito etc.

No contexto das ações de governo, é interessante destacar que EA surge primeiramente ligada as políticas ambientais e aos órgãos de meio ambiente enquanto ação educativa não formal. Apenas posteriormente a EA será internalizada pelas políticas educacionais e os órgãos de educação como ação educativa formal, na forma de tema curricular transversal no contexto escolar. Entre as políticas ambientais destacam-se as menções feitas a EA enquanto dever do estado e direito da população pela Constituição federal de 1988 no capítulo de meio ambiente; a criação do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) em 1989, apoiando projetos que incluem EA. No contexto de ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) destaca-se o Programa Nacional de EA - Pronea de 1994, com a participação do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (MMA-IBAMA), MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Cultura (MINC). A inclusão da EA, enquanto orientação de uma política exclusivamente educacional, surge nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC) enquanto temática transversal em 1997. Finalmente, a lei 9.795, aprovada em abril de 1999, é a primeira lei que regulamenta o conjunto da Política Nacional de EA.

O que se pode notar neste processo é um fortalecimento institucional da EA, que acompanha a crescente valorização da questão ambiental na sociedade. Contudo, apesar do aumento dos espaços institucionais, ainda persiste uma grande dificuldade na manutenção e na dinamização desses espaços pelos mesmos setores, movimentos e organizações da sociedade civil, que muitas vezes estão na sua origem.

Para compreender as inter-relações entre EA e movimentos sociais, retomamos a seguir alguns marcos da formação e legitimação do campo ambiental no Brasil bem como seu diálogo com outras lutas e processos sociais.

2. Os anos 70 e a emergência do “ambiental”

A década de 70 é considerada o marco inicial do surgimento do movimento ecológico no Brasil, apesar da existência de militantes da causa conservacionista e das primeiras entidades de proteção a natureza existirem desde a década de 50. É a partir de 1974, com o início do processo de distensão política que as condições para o exercício de reuniões e ações coletivas melhoram e começam a surgir associações e movimentos ambientalistas em ci-

dades do Sul-Sudeste, como o *Movimento Arte e Pensamento Ecológico* e a Comissão de defesa da Billings, em São Paulo. É a partir de 1974 que, no Rio Grande do Sul, a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), instituiu um setor de ecologia por iniciativa de Magda Renner - que vai se constituir em uma importante liderança ecologista brasileira com reconhecimento nacional e internacional - passando a atuar de forma articulada a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN) na luta ambiental.

Na segunda metade da década de 70 ganham repercussão algumas ações de corte ambiental como a luta contra a construção do aeroporto metropolitano de São Paulo em Caucáia do Alto, no município de Cotia, sobre áreas remanescentes de Mata Atlântica. Em 1978 este movimento consegue importantes adesões da comunidade científica, cria a Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade (CDPC) congregando cerca de 67 entidades, e consegue a suspensão do projeto do Aeroporto, que será construído em Guarulhos, posteriormente.

3. Os anos 80: Os novos movimentos sociais e a Política Verde como contraponto da política “tradicional”

Como lembra Antuniasi (1988), data do final dos anos 70 e início dos anos 80 a intensificação do diálogo entre militantes, intelectuais e cientistas, estimulado pela estratégia de realização de seminários e conferências ambientais que catalisavam estes apoios e participações.

Os anos 80 no Brasil foram os anos da “abertura” que se seguiu ao fim do regime militar, onde se destaca o movimento pelas “diretas já” em 1984. É uma década de esperança onde se aposta na reconquista dos direitos civis e políticos e no avanço dos direitos sociais, uma luta que deu o tom ao processo Constituinte. Os novos movimentos sociais reforçaram, nesse contexto de abertura e “empoderamento” da sociedade civil, a ampliação da esfera pública. Com a inclusão, no rol das lutas sociais, de uma série de “novos direitos” - direito ao meio ambiente, direito das mulheres, direito a livre escolha sexual, direito a informação, entre outros - estes movimentos instituíram novas esferas de legitimação, sensibilidades, sociabilidades, que alimentam um certo ideário existencial e político de corte emancipatório e autonomista.

Conceitos como os de *sociedade civil* e *cidadania* vão sendo definidos em sua oposição ao Estado. Afinal,

os movimentos sociais no Brasil se posicionavam “de costas para um Estado”, ainda marcado pelo autoritarismo do regime militar. O conflito organizador da dinâmica social, desloca-se nesse momento, da oposição capital-trabalho, para a relação sociedade civil e Estado. As energias revolucionárias dos anos 70 migram para um projeto de transformação onde os movimentos sociais seriam os protagonistas da transformação social, investidos de um capital político que lhes conferia o papel de novos sujeitos da revolução social, aqueles que mediarão o restabelecimento da confiança e da lealdade dos cidadãos, através da promoção de uma ordem pública participativa e democrática.

Neste contexto de valorização da ação civil, e partilhando deste mandato político de vanguarda da reforma democrática do Estado, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs). Começam como pequenas iniciativas, visando instituir espaços de discussão e apoio às iniciativas e movimentos sociais, tendo em comum o projeto de articulação de alternativas democráticas ao regime autoritário. Nos anos 80, com a volta dos exilados, esta forma organizativa dá materialidade institucional e legitimidade política aos laços de solidariedade e aliança entre estes exilados e o projeto político que representam e entidades não governamentais internacionais, religiosas ou laicas, do campo progressista e democrático, que lhes dão apoio. Organizando-se como contrapartes dessas ONGs de cooperação internacional, as ONGs brasileiras constroem sua identidade buscando responder tanto às expectativas dos movimentos sociais no Brasil quanto das ONGs internacionais.

É em meio a esta dinâmica altamente produtiva de novos atores, formatos organizativos, e também ações informais da sociedade civil, voltados para a construção de uma ordem democrática que as ações ecológicas ganham força; seja pela via da expansão e valorização dos movimentos ecológicos, seja pela via da organização de entidades do tipo ONG ambientais.

É ainda na segunda metade dos anos 80 que destaca-se a presença do debate ambiental no cenário político. A entrada das questões e atores ambientais na arena política se materializa através de articulações significativas como, por exemplo, a associação, desde 1985, de entidades e militantes ambientalistas tendo em vista a eleição de representantes para o Congresso Constituinte. Apesar de todos os conflitos e dissensos, esta articulação conseguiu eleger um parlamentar que representou o seg-

mento ambientalista no Congresso Constituinte. Outro acontecimento importante foi a fundação do Partido Verde (PV) no Brasil, em 1996. Depois de um longo tempo de debates e dissenso no movimento sobre a relação entre ecologia e política e a oportunidade ou não de um Partido Verde, predominou a posição favorável a criação de um Partido para congregar a ação política do movimento ecológico e outras minorias.

O primeiro núcleo do PV foi organizado no Rio de Janeiro, e reuniu militantes conhecidos como Carlos Minc, Fernando Gabeira e Lizt Vieira. O PV carioca criou o fato político mais significativo naquele ano com o lançamento da candidatura de Fernando Gabeira a governador do Rio de Janeiro, em coligação com o Partido dos Trabalhadores. A campanha foi marcada pelo discurso e pelo modo *alternativo* de fazer política, tendo grande aceitação junto a população de classe média intelectualizada carioca, com capacidade de conchamar grandes contingentes em eventos como o “abraço” à Lagoa Rodrigo de Freitas.

A declaração sobre “militância”, no manifesto de lançamento do PV no Brasil, ilustra bem o contexto onde esta cultura política emancipatória se afirma como nova e busca construir uma identidade distintiva:

Você, por exemplo, pode acordar amanhã com uma vontade irresistível de colar cartazes ou de ajudar na produção de uma festa ou de brigar pela preservação de uma área verde que você gosta, mas que querem destruir. Por que não? E se você acordar amanhã com vontade de militar suas reclamações? Isso não vai fazer você um soldado atrelado à causa e por esse motivo preso para sempre num beco sem saída. Se o cotidiano fosse levado mais a sério, a mistura seria mais harmoniosa. No momento em que essas reclamações fossem inseridas no ritual ‘de todo dia’ elas vão ser mais facilmente realizadas e com mais prazer: e os militantes vão ter mais noites livres para ir ao cinema (Crispun, 1986)

Esta convocação nada ortodoxa à ação política é emblemática de uma guinada cultural que na esfera da política pode ser relacionada ao fenômeno da “Nova Esquerda”. Aqui o elo comum parece convergir para elementos que atestam o privilégio geral da imanência sobre a transcendência, e de uma ênfase na auto-referência subjetiva e na percepção da natureza polimorfa da verda-

de, em contraste com um regime existencial e político da ordem, das disciplinas e da verdade instituídas como referências externas para um indivíduo, célula do coletivo. Esta guinada sobre a política vai produzir uma série de deslocamentos que tendem a ressignificar as referências inscritas no eixo valorativo que poderíamos chamar coletivo/normativo para outro que poderia ser nomeado como individual/libertário. O caso da “Nova Esquerda” é comentado por Campbell como ilustrativo deste processo:

No caso da Nova Esquerda, o desenvolvimento significativo foi a rejeição do tradicional evangelho de ‘salvação’ através da revolução política ou reforma em favor de uma crença na auto-perfeição através da ‘revolução pessoal’ ou da consciência intensificada. Essa mudança foi realizada substituindo-se os ensinamentos de Marx pelos de Freud (ou mais propriamente Reich), com a conseqüente redefinição de alienação e repressão como aplicáveis em um contexto pessoal e sexual, e não coletivo e econômico-político. Isso resultou na percepção de que arte, drogas e sexo (juntos, significativamente com experiência mística) representavam a alameda para a reconstrução pessoal (e conseqüentemente social) (Campbell, 1997:18).

Reposicionar *ego* e *socius*, privado e público, ética e estética, tendo como pano de fundo a autonomização do sujeito e das esferas de ação sociais, é o drama da “nova esquerda” contracultural mas, como vimos, vai bem além desta. Esta problemática repõe um dilema cujas raízes mais profundas podem ser encontradas na radicalização das tendências conflitivas que constituem a modernidade - emancipação e controle (Giddens, 1991); racionalização e subjetivação (Touraine, 1994); razão universal e individualismo (Harvey, 1989); subjetividade e cidadania/regulação e emancipação (Souza Santos, 1995). Desta maneira, de acordo com a concepção de política da qual partem - e da aposta mais ou menos otimista no projeto emancipatório moderno - diversas análises vão destacar na condição contemporânea os sinais de dissolução, declínio e mesmo morte da política; ou ainda, os sinais vitais da emergência de uma nova política.

4. Política verde e a contracultura na política

As lutas ecológicas e pacifistas formam parte dos movimentos que compartilham uma inspiração originária no bojo da contracultura. Esta face contracultural após década de 60, vai sendo assimilada por um conjunto de lutas sociais e contribuindo na formação de uma nova cultura política⁵. Nesta, uma das transformações importantes é a articulação dos movimentos ecológicos a um conjunto de outros movimentos sociais de corte cultural e transclassistas. Este fenômeno foi objeto de grande debate entre os analistas políticos no Brasil. Pelo seu caráter inovador em termos de tipo de reivindicação, perfil de classe dos militantes, e performances de ação, foram denominados de “novos movimentos sociais” (Evers, 1984; Durham, 1984; Sherer-Warren, 1987; Cardoso, 1983). A identidade dos “novos movimentos” se define, portanto, na sua diferenciação dos movimentos sociais com nítido corte de classe social, estruturados predominantemente sobre oposição capital-trabalho. Neste contexto, estes movimentos vão ser vistos, mesmo considerando suas diferenças, como um certo conjunto que prefigura uma nova cultura política de esquerda. Esta, marcada mais pelo caráter emancipatório e afirmativo das lutas por reconhecimento de novos direitos, do que pelo enfrentamento do modo econômico de produção capitalista como eixo central da luta política. Neste contexto, a questão ambiental será vista, ora ao lado das temáticas de gênero, etnia; ora ocupando um lugar aglutinador das novas reivindicações.

Concordamos com Pádua (1991) quando este afirma que o PV no Brasil, bem como nos EUA, foi diretamente influenciado pelo exemplo europeu. Esta ponte é ainda mais direta se verificarmos que muitos dos militantes que estiveram na organização do PV foram os militantes de esquerda dos anos 60 que, exilados na Europa, retornam com a anistia em 1979 trazendo as *idéias verdes* para a cena política brasileira dos anos 80. Estas *idéias* estão marcadas pelo debate europeu sobre ecologia e pacifismo e, sobretudo, por uma política inspirada na contracultura e na luta das minorias.

A emergência da política verde parece estar muito associada ao fenômeno dos novos movimentos sociais, pois em ambos os casos trata-se de congregar segmentos que contestam diferentes dimensões da vida social sem

⁵ Uso aqui o conceito de cultura política conforme a definição de Chartier (1995: 27): “campo de discurso político, com uma linguagem cujas matrizes e articulações definem as ações e os enunciados possíveis dadas-lhes sentido”.

contudo se verem representados pelas agendas, partidos e política de esquerda de corte mais tradicional. No caso alemão, por exemplo, o PV se constituiu como partido tendo como base social justamente uma composição dos diferentes movimentos de minorias. Sob o guarda chuva amplo de um ideário ecologista, os “Verdes” (Die Grünen) alemães apresentam, em 1982, uma agenda abrangente de questões ambientais, mas sobretudo questões de gênero, etnia, direitos humanos, desenvolvimento social etc. Em 1983 chegam via eleitoral, pela primeira vez ao Parlamento Federal, com a quantia expressiva de 27 deputados. A presença dos Verdes na cena política se consolida ao longo dos anos e em 1998, o PV forma, com o Partido Social Democrático (SPD), a coalizão vencedora que leva o social-democrata Gerhard Schroedert ao poder.

No Brasil, os movimentos ecológicos nem sempre se constituíram, no guarda chuva articulador de um conjunto de lutas culturais e alternativas. Embora tenha se constituído em 1996, dentro do mesmo espírito libertário e autonomista que caracterizou o surgimento da ideologia Verde na Europa⁶, o Partido Verde no Brasil não teve a expressão política nem o caráter articulador que se pode verificar em alguns países europeus, notadamente França e Alemanha. Contudo, se pensados face a cena política brasileira, não apenas o PV, mas o conjunto de militantes e movimentos agregados em torno das questões ambientais ocuparam definitivamente o debate público e ganharam ampla aceitação na sociedade. No conjunto dos chamados novos movimentos sociais, a temática ambiental, ao lado das questões de gênero, parecem ter sido as que mais conseguiram penetrar a diversidade das lutas sociais desse período e alcançar certa legitimidade em diferentes segmentos sociais e lutas por cidadania, inclusive no âmbito das lutas populares e sindicais que antecederam e, de certa forma, foram em um determinado momento o contraponto dos novos movimentos.

5. Campo ambiental e lutas populares: a construção do marco sócioambiental

Num primeiro momento, ainda na década de 80, a temática ecológica provocou muita resistência da parte dos movimentos populares e sindicais, que tendiam a ver a preocupação ambiental como exógena, de classe média. No caso dos trabalhadores da Indústria as lutas ecológicas contra as tecnologias poluidoras foram vistas

muitas vezes como geradoras de desemprego. Até o final da década e principalmente a partir do início dos anos 90 o campo dos movimentos populares e sindicais se torna bem mais permeável às preocupações ambientais, internalizando em muitos casos, a dimensão ambiental as suas lutas e interesses específicos, constituindo um conjunto amplo que poderíamos chamar de movimentos sociais ambientalizados. Talvez um marco dessa virada possa ser localizado no líder Chico Mendes, assassinado em 1989. Liderança sindical dos trabalhadores rurais do Acre, Chico Mendes era seringueiro, passou por movimentos da Igreja da Libertação, militante petista, Chico Mendes divulga a luta pelas Reservas Extrativistas como uma luta ecológica, por uma proposta de sustentabilidade social e ambiental, conseguindo adesão da opinião pública internacional. Torna-se um símbolo, e sua morte só fortalece essa condição de personagem paradigmático da associação da luta popular sindical com a luta ecológica⁷.

A organização dos seringueiros e a luta de Chico Mendes é exemplar porque opera, de modo mais completo e bem sucedido, o trânsito entre o popular e o ecológico. Mas, Nem todos os atores sociais envolvidos nos conflitos em torno dos bens ambientais se consideram ecologistas ou vêem suas lutas como estritamente ecológicas. Contudo, isso não tem impedido a construção, em diferentes níveis, de um ideário ambientalizado por esses atores, tornado possível tanto uma maior visibilidade e legitimação dessas lutas no conjunto da sociedade, quanto, ao mesmo tempo, um enraizamento popular da luta ecológica enquanto luta cidadã.

Mesmo considerando os diferentes níveis e possibilidades de interação e diálogo entre o popular e o ambiental, a dimensão ambiental de uma série de experiências populares tem se tornado um fenômeno importante. O que muitas destas ações tem em comum é o fato de se constituírem justamente em torno de conflitos pelo acesso/uso sustentável dos recursos de um ecossistema. Esse tipo de movimento e experiências sociais tem sido agrupados sob a categoria de “sócio-ambientais”. Nesta categoria ampla, poderíamos citar, além da luta dos seringueiros no Acre, também outros exemplos como o do movimento interestadual das mulheres Catadoras de Coco Babaçú que se originou no Maranhão; Movimento Nacional dos atingidos por Barragens; Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica; ações de “empate aquá-

⁶ Para conferir os valores e os discursos que norteiam o nascimento do PV no Brasil ver o livro-manifesto organizado por Gabeira (1986).

⁷ Sobre a trajetória de Chico Mendes ver Grybowski, C. O testamento do Homem da Floresta: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

tico” por pescadores da região amazônica; e ainda a peregrinação de lideranças religiosas e ribeirinhos pela defesa do São Francisco.

Estas lutas/experiências sócio-ambientais evidenciam a dimensão do conflito de interesses em torno dos bens ambientais e, ao mesmo tempo, a diversidade cultural através da qual o universo popular tem construído suas próprias vias de produção de sentidos sobre o “ambiental”. E, na medida em que o que está sendo reivindicado é o caráter público e o reconhecimento de formas culturais locais de acesso e uso aos bens ambientais, contribuem para a demarcação da questão ambiental como uma esfera de luta por reconhecimento cultural e de direitos de cidadania. O jogo tenso de diferenciação e reconhecimento entre os novos movimentos e os movimentos tradicionais, teve muitos capítulos e creio, ainda permanece valendo como dinâmica de fundo onde se movem os atores e lutas sociais no contexto político atual.

Em permanente interação com os “novos movimentos”, os movimentos sociais como os populares e sindicais, entre outros, vão constituir-se num horizonte que incidirá sobre as condições de recepção e, conseqüentemente, alcance e legitimação dos novos movimentos. A cultura política revolucionária dos anos 70 será a referência frente à qual as novas temáticas como a ambiental vão, afirmar-se como um contraponto mas, ao mesmo tempo, buscar áreas de intercessão e diálogo⁸.

Mesmo demarcando seu lugar fora e contra os marcos da ação política vista como “tradicional”, não se poderia pensar os movimentos ecológicos, a ecologia política, nem o leque mais amplo da questão ambiental no Brasil sem levar em conta o importante papel que tiveram em sua configuração os movimentos sociais urbanos dos anos 70 e 80, bem como os movimentos populares ligados a educação popular, e a igreja da libertação e as Comunidades Eclesiais de Base⁹. Muitas das lideranças ecologistas tiveram em sua própria trajetória uma inserção pesso-

al na chamada “política tradicional”. Muitos foram ativos militantes dos movimentos revolucionários dos anos 70, tiveram sua formação política no contexto católico da libertação, foram exilados, viveram a experiência da clandestinidade, do centralismo democrático etc.. Assim, a contraposição entre os marcos da cultura política revolucionária dos anos 70 e a luta democrática dos anos 80 é, para muitas lideranças ecologistas, parte de sua história pessoal. O tom das lideranças ecologistas, é o tom apaixonado de quem está revendo e mudando a própria vida, numa construção ao mesmo tempo individual e coletiva.

6. Anos 90: A ECO-92, o Fórum das ONGs e a ambientalização do debate social

A Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, abre a década, estendendo sua influência desde 1990, quando se iniciam os processos preparatórios, até os anos que se seguem a 1992, quando se dão os principais desdobramentos da Conferência. Em muitos casos, como a *Agenda 21*, a *Carta da Terra*, e a *Convenção sobre Clima*, trata-se de articulações que tiveram origem na Eco-92 e estão em pleno curso nas agendas nacionais e internacionais. No que pese o baixo impacto destas articulações e resoluções sobre a transformação concreta das condições de produção, do estilo de vida e das condições ambientais de um modo geral, pode-se dizer que o debate ambiental - tanto em termos das políticas governamentais e intergovernamentais, quanto em termos do imaginário da ação coletiva da sociedade civil - na década de 90 tem sido continuamente pautado pelos conceitos e valores lançados e/ou repercutidos pela Conferência, como *desenvolvimento sustentável*, *cidadania planetária*, *responsabilidade global* entre outros. Muitas destas idéias passaram a constituir uma referência elementar para as discussões e ações no campo ambiental até o final da década.

Um dos espaços de ressonância mais importantes da ECO-92 na sociedade civil foi o *Fórum das ONGs*. Esta coalizão de Ongs, movimentos sociais e movimentos ecológicos teve início em maio de 1990 e chegou em 1992, após ter realizado oito encontros nacionais, com 1.200 entidades inscritas. Entre estas entidades estavam as que se dedicavam a defesa dos direitos indígenas, organizações de mulheres, associações de moradores, grupos jovens, entidades ecológicas e ambientalistas, sindicatos, grupos religiosos, ONGs de desenvolvimento soci-

⁸ Tornaram-se célebres as frases como “a luta ecológica não esta nem à direita nem à esquerda, mas à frente” (Gabeira, 1986); “O Partido Verde não se define ideologicamente nem à esquerda nem à direita. Ainda bem!” (Wilmar Berna, 1986). Frases como estas foram inúmeras vezes repetidas por lideranças ecologistas, tanto no Brasil como na Europa, que situavam a ação ecologista fora dos marcos do que era visto por esses atores como a “velha política”.

⁹ A incorporação de uma ética ambiental no ideário social e religioso da Igreja da Libertação tem sido um dos principais temas da produção teórica dos anos 90 do teólogo Leonardo Boff. Neste sentido, destaco especialmente o livro *Ecologia, grito da terra, grito dos pobres*. Ed. Ática, 1995.

al e entidades de assessoria.

Não obstante, a consolidação deste espaço de negociação das diferenças no interior do *Fórum* gerou um fato novo e em muito contribuiu para mudar o patamar das discussões e alianças entre lutas sociais e ambientais. No calor desta articulação que congregou um universo social extremamente plural, a identidade e as afinidades entre os grupos eram permanentemente negociadas. O fato do tema do desenvolvimento e meio ambiente estar no centro do debate jogou um papel importante no sentido de aumentar os espaços de permeabilidade, tornando mais porosas estas fronteiras e permitindo uma arena de negociação e incorporação em diferentes níveis a um ideário ambiental, que poderia ter várias traduções, segundo as condições de recepção dos setores com que fazia interface: radical, socioambiental, realista, fundamentalista, ecodemocrata, popular-ambiental, apenas para citar algumas. Se por um lado este espaço aberto de comunicação, poderia dar visibilidade e plausibilidade a formação de um campo ambiental ampliado, este alargamento do espectro ideológico e da orientação temática também poderia por em risco a identidade ambiental, supostamente nucleadora do *Fórum*. Esta tensão foi permanente e se expressou em diferentes momentos pelo próprio *Fórum*. O esforço de alargamento do “ambiental”, para que este não ficasse restrito ao movimento e a agenda ecológicas estrito senso, e pudesse abarcar sob o signo da *qualidade de vida e do desacordo com o atual modelo de desenvolvimento*, não impediu que o *Fórum* construísse uma identidade política.

Apesar da diversidade e de todas as tensões que envolviam a complexa concertação entre as entidades, houve no período preparatório da ECO-92, uma grande sensibilização para a internalização da “variável” ambiental pelos diversos atores e segmentos sociais. A capacidade de convocação do Fórum é uma expressão disto. Foi também neste período que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional instituiu um Departamento de Meio Ambiente e contrata um ambientalista que militava na Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) São Paulo para assumir este departamento e representa-la junto ao *Fórum* das ONGs. Muitos movimentos não ambientais passam a identificar-se com o *Fórum* e declarar seu “perfil ambiental”, identificando uma dimensão ambiental em suas agendas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Missionário Indígena (CIMI), CUT, entre outros. Neste

momento houve tanto um alargamento do *ambiental* quanto uma ambientalização de lutas sociais diversas. Isto criou uma classe de “ambientalistas no seu sentido amplo”.

Várias das grandes ONGs cuja atuação tradicional estava ligada a temas do Desenvolvimento Social passam a contratar profissionais e/ou constituir núcleos e projetos voltados para pesquisa e intervenção na questão ambiental. Muitas delas participaram ativamente dos processos preparatórios da ECO-92, algumas assumindo postos importantes na liderança e condução da Coordenação do *Fórum*, como é o caso da FASE.

É verdade que os grandes números e o fenômeno de ambientalização acelerada que assolou o mundo das ONGs e movimentos sociais no período pré e imediatamente pós ECO-92, deve ser relativizado em função da grande mobilização conjuntural motivada pela magnitude do evento e as expectativas que foram se aglutinando em torno dele. Passado algum tempo após a ECO-92, como era previsível, houve uma queda deste contingente de novas entidades ambientalistas e mesmo, das novas entidades ambientalizadas. Muitas das novas entidades, como registra Crespo (1997), não se mantiveram por sua fragilidade organizativa. Contudo, apesar da fragilidade institucional (baixa organização, e pequena base numérica de militantes e associados), é preciso destacar sua observação de que, nem por isso, estas entidades deixaram de mostrar-se influentes.

O acontecimento da ECO-92 e os processos vividos no *Fórum* foram reveladores, não apenas do que estava se constituindo como um momento histórico do campo ambiental, mas de um universo organizativo da sociedade civil brasileira: díspare em seus níveis de organização, com a presença tanto de recém chegados a cena política quanto de uma vanguarda (entidades e pessoas) “esclarecida”, com níveis de informação e escolarização acima da média brasileira e com uma longa trajetória de ação política. O saldo positivo deste processo parece ser a aproximação de lideranças, movimentos e organizações importantes do debate ambiental. Desta forma, esta coalizão ajudou a constituir um novo horizonte de debate para a questão ambiental que supera em boa medida a suspeita de uma luta ingênua e alienada das grandes questões sociais que marcou certo momento da relação entre o campo ambiental e as lutas sociais em geral.

7. Os contextos da ação política nos anos 90

Se 80 é a década dos movimentos sociais, da participação e da aposta no avanço da democracia e da cidadania, nos anos 90 assistiremos a crise dos movimentos e de seus valores norteadores. Como afirma Ghon:

No decorrer dos anos 80, os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises que lhes são feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença (Ghon, 1997:28).

Os anos 90 redefinem o cenário da ação política. O fim da Guerra Fria, a crise do socialismo real e a queda do Muro de Berlim em 1989, abrem a última década do século sob o signo da globalização. Esta se apresenta como novo paradigma de compreensão do mundo pós Guerra Fria, marcado pela crise das utopias e pela afirmação unipolar de um capitalismo hegemônico pelos mercados financeiros que, a despeito de sua crise “real”, puderam se apresentar naquele momento como triunfante ponto final da história.

O que está em crise nos anos 90 é a revolução como horizonte da ação política. Como propõe Boaventura Santos (2000), com a quebra do paradigma da revolução torna-se impossível manter uma agenda de reformas do Estado. Se o reformismo é uma ação que se sucede à revolução, quando as reformas se impõem a partir da conquista do Estado, estaríamos vivendo hoje um momento pós-pós-revolucionário, no qual a perda do horizonte revolucionário já não exige as reformas como condição para a legitimação do poder. O Estado, de objeto das reformas, torna-se o sujeito. Já não se trata de realizar mudanças no âmbito do Estado, mas de o próprio Estado promover a desregulamentação nas relações que tecem a vida social. Se nos anos 80, prevalece nos setores conservadores o discurso do Estado mínimo como condição para o crescimento econômico, nos anos 90 estes mesmos setores se dão conta que o Estado precisa ser forte, para poder produzir a sua própria fraqueza. Como afirma Boaventura, para deixar de intervir, o Estado tem que intervir continuamente.

Nesta nova configuração da vida social, o conflito tende a se diluir nas agendas positivas e no consenso como pano de fundo. Os movimentos sociais perdem seu papel protagonista, ao mesmo tempo que as ONGs se autonomizam em relação a eles. Estas já não

aparecem como entidades a serviço dos movimentos sociais, mas como novos atores. Reivindica-se, desta forma, uma nova base para a representatividade, calcada no reconhecimento pela sociedade civil da pertinência do trabalho ou do discurso produzido pelas ONGs.

Com o processo de democratização abrem-se diversos canais de participação da sociedade civil nas políticas públicas e instâncias colegiadas de decisão, que aproximaram os movimentos e ONGs do Estado na condição de seus interlocutores. Contudo, nos anos 90 este mesmo Estado está afetado pela crise de financiamento e pela agenda de cortes com os custos sociais. Em meio a uma perda de autonomia face aos fluxos globalizados de mercado, somados ao seu endividamento, o Estado brasileiro passa a cumprir as agendas do livre mercado e da desregulamentação de seu papel organizador da economia e da sociedade. Concretamente esta política se traduz no corte de subsídios, nas privatizações, e na redução do financiamento das políticas sociais. Neste cenário conturbado, o que caracterizará a relação Estado e sociedade não será mais a promessa de atendimento dos direitos, do Estado provedor, mas a promessa de uma *governabilidade* possível num mundo em crise.

Neste contexto, movimentos e ONGs são vistos como parceiros que podem gerir o “social”, suplementando a ação do Estado. Convém lembrar também que, como aponta Ghon (1997) ao comentar o processo de aproximação dos movimentos/ONGs e do Estado:

Nos anos 90 esta mudança se aprofundou porque os movimentos progressistas que sobreviveram a sua crise interna querem participar das políticas públicas, criando uma nova forma democrática, a pública não-estatal. Mas o cenário da correlação de forças se alterou e a ala do movimento popular combativo não se ampliou.(Ghon, 1997:33)

A palavra mais usada para nomear a relação entre movimentos/ONGs com o Estado e o Mercado passa a ser *parceria*, com toda a ambigüidade que este termo carrega. Por um lado há a expectativa de participação democrática, de influencia nas políticas públicas e do acesso a fundos públicos e, do outro, está o contexto de diluição do conflito que demarcava as fronteiras entre Estado e Sociedade. O que nos anos 80 caracterizava-se como uma relação clara de reivindicação torna-se nos anos 90 uma relação de parceria ainda pouco definida, que tanto pode

servir ao repasse de responsabilidades do poder público para a sociedade quanto pode se anunciar como uma forma de gestão participativa.

Na esfera dos movimentos, de suas formas organizativas e seus horizontes de valores mobilizadores da ação coletiva, assistimos nos anos 90, o fenômeno das Campanhas e da formação de Fóruns e Associações de entidades e movimentos sociais, que buscam organizar grandes coletivos num campo comum de ação política e/ou de interesses e valores éticos. Referindo-se às transformações nas teorias sobre os movimentos sociais nos anos 90 Sherer vai identificar estes coletivos como *redes de movimentos*, cujas características comuns seriam: *a busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político* (Sherer, 1993:119).

Entre estes tipos de movimentos articulados em redes ou coletivos de entidades destacam-se, por exemplo, os movimentos contra a violência (Viva Rio, Campanhas pelo desarmamento etc), O Movimento pela Ética na Política, a Campanha de Ação pela Cidadania contra a Miséria a Fome e pela Vida, , O Fórum de Brasileiro de movimentos sociais e ONGs para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Pró-Central dos Movimentos Populares, a Associação Brasileira das ONGs, entre outros.

Ao comentar estes mesmos tipos de articulações de movimentos e entidades Ghon (1997) os denomina como *movimentos sociais novos*, diferenciando-os dos *novos movimentos sociais* dos anos 80. A novidade dos anos 90 está no surgimento das questões éticas e culturais como agregadoras destas ações e organizações coletivas na sociedade civil. Na mesma direção, Sherer (1993) aponta como característica das *redes de movimentos*, seu apelo a uma sensibilidade coletiva (em nome da paz, da democracia e da vida) e por uma responsabilidade pessoal em relação a um futuro coletivo em nível local, nacional, e planetário. Segundo a autora:

Se os movimentos sociais da década de 70 e início dos anos 80 tiveram sua relevância na constituição de novos atores sociais e na redefinição dos espaços de cidadania, as redes de movimento tendem a atuar no sentido da formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação ao binômio Liberdade (e democracia) e Sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável)

(Sherer, 1993:122)

O campo ambiental constitui-se, nos anos 90, em um dos espaços privilegiados para a formação deste tipo de articulação da ação coletiva. De certa maneira, os acontecimentos neste campo vão protagonizar algumas destas novas temáticas ou novos sistemas de valores, a que se referem Ghon e Shrerer.

Outro fato político que desponta no final dos anos 90 e que radicaliza o caráter de movimento em rede com o crescente uso também das redes virtuais de comunicação e revitalizam em parte o campo das lutas sociais são as chamadas lutas anti-globalização. O ativismo por uma outra globalização tem crescido como espaço de ação conjunta dos movimentos sociais desde Seattle (EUA), quando centenas de organizações tomaram as ruas, em novembro de 1999, para protestar contra a reunião da Organização Mundial do Comercio (OMC). Desde então criou-se uma espécie de movimento cívico internacional. Cada reunião das instituições financeiras que decidem as políticas da atual ordem econômica internacional (OMC, FMI, Banco Mundial) passou a ser palco para manifestação do descontentamento de grupos do mundo inteiro afetados pelas conseqüências sociais desastrosas destas políticas: desemprego, quebra das economias e da soberania nacionais, volatilidade dos mercados financeiros, e a concentração do mercado mundial nas grandes multinacionais, entre outras. Assim, seguiram-se a Seattle as manifestações em Washington e Praga, por ocasião das reuniões do Banco Mundial e FMI. Depois de décadas a tomar decisões que afetam a vida de centenas de milhões de pessoas, essas organizações estão sendo cobradas pela opinião pública internacional. Neste contexto, os movimentos ecológicos de corte emancipatório têm participado ativamente das lutas por uma outra globalização e disputado sentidos mais transformadores para o debate sobre sustentabilidade.

8. EA, profissão militante e as vicissitudes do projeto emancipatório

O papel do educador ambiental está atravessado pelas marcas de um agir político. As condições do percurso da própria educação ambiental apontam para a sobreposição das marcas de um movimento social e as de uma esfera educativa epistemologicamente fundamentada e institucionalmente organizada. Neste contexto, a identidade de educador ambiental está longe de ser uma identidade totalizante. Múltiplos os caminhos, as vias de

acesso e os ritos de entrada pelos quais um sujeito pode se tornar um educador ambiental. Nomear-se educador ambiental aparece ora como adesão a um ideário, ora como sinônimo de um ser ideal ainda não alcançado, ora opção de profissionalização, ora como signo descritor de uma prática educativa ambientalizada, combinando em diferentes gradações as vias da militância e da profissionalização num perfil *profissional–militante*. Resulta disto que as formas de autocompreender-se e apresentar-se que daí surgem assumem o caráter de uma identidade dinâmica, muitas vezes em trânsito. Isto é, uma identidade que não se fixa necessariamente apenas num dos pólos: profissional ou militante, por exemplo. Tampouco ganha a forma de uma identidade permanente e totalizante, no sentido de subsumir outras auto-identificações e filiações profissionais.

Um dos traços distintivos da identidade de educador ambiental é partilhar em algum nível de um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais abarca não apenas uma nova sociedade mas também um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo o mundo interno e os estilos de vida pessoal. Este parece ser o elemento diacrítico que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental e do saber que ele busca fomentar em suas esferas de formação de especialistas, publicações e teorização. A máxima registrada pela pergunta de Huber (1985) sobre “quem vai mudar todas as coisas?” aponta – e problematiza – a aspiração pela transformação não apenas política mas *da política*, isto é, da maneira de compreender, viver e fazer política, acenando com novos trânsitos e também com possíveis riscos para a própria esfera política.

Na experiência do educador e na configuração do contexto educativo da EA, os traços ligados à vontade contestatória e a reinvenção da vida individual e coletiva podem ser reencontrados na crítica à racionalidade instrumental e disciplinar, na reivindicação de uma *revolução epistemológica*, na pretendida guinada do pensamento e das formas de pensar, bem como nas dificuldades daí decorrentes em penetrar no coração do campo educativo e nos métodos e práticas educacionais *tradicionais*. Assim, a EA reedita na esfera educativa as antinomias do projeto emancipatório autonomista que constitui o núcleo político, existencial e epistêmico do campo ambiental. E, neste sentido, enfrenta na sua esfera particular de

ação os postos por um ideário que ao mesmo tempo aponta para uma mudança paradigmática como utopia viável mas ainda custa a encontrar as mediações para construir esse ponto de chegada a partir das condições presentes.

Referências bibliográficas

- ANTUNIASI, M. H. *O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano*. Paper apresentado no 12º. Encontro da ANPOCS, Aguas de São Pedro, 1988 (mimeo).
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e Sociedade, 1989.
- CAMPBELL, C. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. In: *Religião e Sociedade*, v. 18, n.1, 1997.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, M. H. T. ; SORJ, B. (orgs). *Sociedade Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- CHARTIER, R. *Espacio Publico, critica y desacralization en el siglo XVIII: los orígenes culturales de la revolución francesa*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.
- CRISPUN, D. *Partido Verde: propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Editora Anima, 1986.
- CRESPO, S. O presente e o futuro do movimento ambientalista na Brasil. In : SVIRSKY, E. e CAPOBIANCO, J. P. (Orgs.) *Ambientalismo no Brasil, passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental e Secretaria de Meio Ambiente, 1997.
- CRESPO, S. et al. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MAST/CNPQ e ISER, 1998.
- DURHAN, E. R. Movimentos sociais e a construção da cidadania. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.10, out.1984.
- EVERS, T. A face oculta dos novos movimentos sociais. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.2, abril, 1984
- _____. De costas para o Estado, longe do parlamento. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP, v.2, n.1, abril, 1983

-
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991
- GOHN, M. G. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GRYBOWSKI, C. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HERCULANO, S. O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs. In: REIS, E. ; ALMEIDA, M. E. ; FRY, P. (orgs). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Editora HUCITEC e ANPOCS, 1996.
- HUBER, J. *Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MENDES, C. *Depoimento. São Paulo, Sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Central Única dos Trabalhadores (CUT)*, 1989.
- NOAL, F.O. *O movimento ecologista no Rio Grande do Sul: uma abordagem histórico-social no período de 1970 a 1995*. 1999. Dissertação (Mestrado) - UNISC.
- PÁDUA, J. A. O nascimento da política verde no Brasil: fatores endógenos e exógenos. In: LEIS, H. (org). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUCRJ, 1991, pp. 135-162.
- RICOUER, P. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papirus Editora, 1994 .
- ROSZAK, T. *A contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SHERER-WARREN, I. *Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola & Centro João XXIII, 1993.
- SOUZA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, v.1. 2000
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora. 1995
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
-